



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA-ALVARÁ

Processo nº: 1002026-80.2015.8.26.0566  
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerentes: Maria Neusa Tascimare Barini, Reginaldo Tascinare Barini e Rita de Cássia Tassinare Barini  
 Requerido: Guilherme Barini Neto

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes Maria Neusa Tascimare Barini, RG 4.375.014-SSP/SP, CPF 465.556.768-68, Reginaldo Tascinare Barini, RG 26.288.804-X e CPF 046.646.926-84 e Rita de Cássia Tassinare Barini, RG 26.288.803-8-SSP/SP e CPF 246.633.868-81, pretendem a expedição de alvará judicial para poderem levantar os valores existentes a título de restituição de imposto de renda deixados em decorrência do passamento de seu esposo/genitor requerido. Os requerentes exibiram certidão de óbito (fl. 14) e a informação da Receita Federal sobre esses valores (fls. 7/11).

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade dos requerentes em pleitearem o levantamento dos valores existentes a título de restituição de imposto de renda nasceu com o fenômeno da morte de seu esposo/genitor **Guilherme Barini Neto, RG 5.283.696, CPF 434.280.028-49**, ocorrido em 23.05.2013, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos.

Os requerentes são esposa e filhos, portanto, herdeiros necessários a pleitearem esse levantamento (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil).

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

**DEFIRO O PEDIDO INICIAL** para determinar a expedição do

**1002026-80.2015.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

alvará para que o Espólio do requerido Guilherme Barini Neto, a ser representado pela requerente **Maria Neusa Tascimare Barini, portadora do RG 4.375.014-SSP/SP e do CPF 465.556.768-68, levante** na SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (agência local) ou em QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA onde se encontram depositados os valores das restituições do imposto de renda, em nome do falecido, a seguir descritos: R\$ 5.891,76 (ano-calendário 2012), R\$ 5.550,42 (ano-calendário 2011), R\$ 4.284,12 (ano-calendário 2010), R\$ 3.851,57 (ano-calendário 2009) e R\$ 4.482,40 (ano-calendário 2008), inclusive respectivos consectários legais indicados nos extratos constantes dos autos. A autorizada poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução daquele objetivo. Deverá ainda entregar aos outros herdeiros a sua cota parte na herança, entrega essa imediatamente depois da efetivação do levantamento. Não há necessidade de comprovação nos autos dessa prestação de contas. Prazo: 120 dias. Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ para os fins aqui expressos, devendo a Secretaria da Receita Federal ou qualquer agência bancária lhe dar pleno atendimento. Compete ao advogado dos requerentes materializar esta sentença/alvará assim que publicada no DJe.

Concedo aos requerentes prazo de 5 dias para comprovarem o recolhimento da taxa destinada à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo (taxa da procuração: guia GARE cód. 304-9 // valor R\$ 15,76 por mandante)

P.R.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Desde que satisfeitos todos os requisitos supra, anote e ao arquivo.

São Carlos, 11 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**